

A CELESC E A ENERGIA ELÉTRICA EM JOINVILLE *

Janine Gomes da Silva**

Neste ano comemora-se os 40 anos da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC. A Empresa, objetivando festejar esta data, conhecendo e divulgando a sua própria história, tomou a iniciativa de escrever um livro sobre essa história. Para este trabalho, historiadores da UFSC foram convidados sob a coordenação dos professores Doutores Sérgio Schmitz e Rufino Porfírio Almeida. A pesquisa “CELESC 40 anos de luz: um olhar social”, teve início em maio do corrente ano e término previsto para novembro de 1995.¹

O principal objetivo desta pesquisa é construir um histórico da CELESC no desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado. Neste sentido, os caminhos possíveis para conhecer esta história são vários. Evidenciar os empregados no processo de construção da Instituição,

** Cursa Pós-Graduação em História em nível de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e participa da pesquisa “CELESC 40 anos de luz: um olhar social”.

¹Além dos coordenadores, participam da pesquisa: Antônio Luiz Miranda, Carlos Renato Carola, Janine Gomes da Silva, João Batista Bitencourt, Karen Parmigiani Pereira, Léa Maria Ferreira Vedana, Maria do Carmo dos Santos, Patrícia de Freitas e Reinaldo Lindolfo Lohn.

analisar a importância da Empresa no processo de industrialização do Estado e descrever os benefícios da socialização do acesso à energia elétrica para a população catarinense, são aspectos importantíssimos. Para isso, além de uma revisão bibliográfica referente à história da política energética estadual e nacional, é imprescindível a utilização das mais diversas fontes: analisar fotografias, visitar Usinas, procurar informações nas mais diversas fontes documentais, assim como utilizar a história oral, é uma constante deste trabalho, para que possamos realmente evidenciar o teatro da Memória da Eletricidade Catarinense.

Até meados da década de 1950, a energia elétrica em Santa Catarina teve como seu principal agente a iniciativa privada. Ao nível de governo federal, Getúlio Vargas foi o primeiro a preocupar-se com o intervencionismo estatal no setor de energia elétrica. Os controles exercidos pelo poder concedente em relação à energia elétrica eram mínimos e acabaram por prevalecer os interesses das grandes companhias.²

“A necessidade de dotar o setor de energia elétrica de um estatuto jurídico-institucional não era, portanto, recente, e tais fatos não eram ignorados pelo Governo Provisório.”³

²LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995. p.19.

³Idem, p.20

Desta necessidade ampliou-se o domínio público sobre o aproveitamento das águas. A regulamentação das atividades relacionadas com a exploração das minas e quedas d'água, percebe-se com a intervenção direta do Estado, através do Código de Águas, Decreto nº 26.234, assinado por Getúlio Vargas em 10 de julho de 1934.⁴

Em Santa Catarina, a intervenção direta do Estado no setor, só iria ocorrer em 1955, quando o governo ficou autorizado a promover a organização de uma sociedade por ações, para operar na transmissão, distribuição e geração de energia elétrica.

Em 9 de dezembro de 1955, o Decreto Estadual nº 22, cria a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC. No início, a CELESC era uma canalizadora de recursos públicos para as empresas que já existiam, e, posteriormente, passa a ter o controle acionário, operando como empresa “holding”.

Ao escrevermos sobre a história da CELESC, não estamos abordando apenas a energia elétrica pós 1955. Conhecer as características da realidade da energia privada no início do século, nas diferentes regiões do Estado, faz parte deste “resgate” da memória da eletricidade. Nesta

⁴DIAS, Renato Feliciano (Coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988. p.81.

perspectiva, é que compreender, por exemplo, a história da energia elétrica em Joinville e as suas dimensões de “progresso” e “modernidade” é pertinente para o presente estudo. Não podemos mais dissociar energia elétrica e modernidade, mas compreender a sua trajetória remonta a um “tempo passado”.

“A grande maioria das invenções práticas surgidas na segunda Revolução Industrial resultou não somente da aplicação do conhecimento científico à indústria, mas também do emprego de novos materiais e de novas fontes de energia.”⁵

O fim do século XIX é caracterizado por importantes inventos científicos e conseqüentemente pela necessidade e utilização de novas fontes de energia; nesse período surgiu a energia elétrica, hoje tão incorporada ao nosso cotidiano. Em fins do século XIX e início do século XX, ingressaram no Brasil as primeiras concessionárias de energia elétrica de origem estrangeira. Na virada do século, a AEG (Allgemeine Elektrizitäts - Gesellschaft) ganhou autonomia empresarial e efetivou-se cada vez mais no mercado europeu e sul-americano⁶. Convém lembrar que a AEG é nome imprescindível ao estudar a energia elétrica, especialmente em Joinville.

⁵Idem, p.10.

⁶Idem, p.21.

As primeiras referências à energia elétrica em Joinville são de 1897, quando o Conselho municipal,

“(…) pela resolução nº 20, autoriza o executivo, então exercido pelo Dr. Frederico Bruestlein, a contratar com o engenheiro Probst, representante da Casa Siemens e Halske, de Berlim - Charlottenburg, ou com quem melhores vantagens oferecesse, a iluminação elétrica das ruas desta cidade pelo tempo máximo de cinqüenta anos.”⁷

Apesar dessas primeiras tentativas, só em 1907 foi organizada a “Empresa Joinvillense de Eletricidade”, sob a razão social de Oliveira, Rodrigues & Cia.⁸

O dia 14 de fevereiro de 1909 foi para os joinvillenses uma data com certeza memorável, pelo impacto do novo e pela esperança do progresso. Esta data marca a inauguração da luz elétrica em Joinville. Um jornal da época se refere assim ao “marco do progresso”:

“O dia de amanhã está marcado para a inauguração oficial da iluminação elétrica desta cidade. Mais uma era grandiosa de progresso marca para Joinville o dia de amanhã, que vem provar que os filhos desta terra, e os que conosco vêm labutar, não se descubram do nosso engrandecimento, colocando-nos cada vez mais em destaque no avanço progressista do nosso Estado e provar que a iniciativa particular não é uma palavra vã entre nós, mas um fato consumado.(…) mostrando aos que nos visitam que entre nós há vida e que onde há vida há trabalho e onde há trabalho há progresso”.⁹

⁷Sociedade Amigos de Joinville (org.). *Álbum histórico do centenário de Joinville:* 1851 - 9 de março - 1951, Curitiba: Gráfica Mundial Ltda., 1951. p. 133.

⁸Idem, p.134.

⁹Jornal Gazeta de Joinville, 13 de fevereiro de 1909, citado em: *Sociedade Amigos de Joinville* (org.). *Álbum histórico do centenário de Joinville:* 1851 - 9 de março - 1951, p. 136.

Este discurso maravilhoso possibilita refletir sobre a importância da energia elétrica para a comunidade joinvillense do início do século. As referências à participação das pessoas na inauguração demonstram o quanto a energia elétrica foi bem-vinda. Participaram desde as autoridades da época, como a população em geral, todos “maravilhados” com a luz.

Com o passar dos anos, modificam-se alguns sócios da empresa¹⁰.

Em 1928, a AEG - Cia. Sul Americana de Eletricidade S/A, adquire o patrimônio de Oliveira, Schlemm & Cia., incorporando-o na fundação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A - “EMPRESUL”, em 1929.

De 1929 até 1964 a energia elétrica em Joinville, privada e até 1945 com capital alemão, esteve sob a concessão da EMPRESUL. Esta empresa explorou os serviços de energia elétrica na região dos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Itaiópolis, Rio Negro, São Bento do Sul, Tijucas e Nova Trento até o momento em que a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, investe nesta empresa, e, posteriormente a incorpora. Como a EMPRESUL possuía capital alemão na sua constituição, foram suas ações incorporadas ao Patrimônio Nacional,

¹⁰A alteração significativa na estrutura da sociedade se dará com a saída de Domingos Rodrigues da Nova Jr., fundando-se então, a “Empresa Joinvillense de Eletricidade - Luz e Força”, de Oliveira, Schlemm & Cia.

através do Decreto Federal 8.206, de 22.11.1945, como indenização de guerra.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek a energia elétrica assume papel preponderante no planejamento econômico. A energia elétrica passa a emergir como uma das metas principais dos planos de Governo, e é revestida de um discurso que lhe investe os atributos da “modernidade”. Segundo o pensamento político da época, a industrialização acelerada garantiria o progresso: energia e progresso passam a fazer parte de um único discurso.

Com a CELESC, a energia elétrica de Joinville perde a sua antiga autonomia privada e insere-se na energia estadual. O que pretendemos com as reflexões acerca da energia elétrica em Joinville é entender a importância desta para um contexto mais geral, que perceba as condições que foram criadas pela EMPRESUL, e posteriormente, pela CELESC.

Sabe-se que Joinville, juntamente com Blumenau, foi a décima-sexta cidade do país a ter energia elétrica¹¹. Convém lembrar, que o objetivo desta pesquisa não é apenas a energia elétrica em Joinville, mas com certeza esta é fundamental para entender os mecanismos que engendram a

¹¹GOMES, Francisco de Assis M. *A eletricidade no Brasil*, São Paulo: Eletropaulo, 1986. p. 4.

história da eletricidade no Estado de Santa Catarina e as idéias de “progresso” e “modernidade”.

Pretende-se com estas reflexões, não uma mera história institucional, mas uma história que dê conta das pluralidades da empresa, comunidade e funcionários na construção da CELESC. Só assim será possível realmente “um olhar social”.